



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Resultado do PIB do 2º trimestre concentra as atenções no Brasil. No cenário internacional, destaque para os números do mercado de trabalho dos EUA.

As atenções da semana estarão voltadas para o resultado do PIB do 2º trimestre, que deve mostrar expansão de 0,9% no período, indicando que a economia seguiu crescendo de forma robusta, apesar da tragédia no Rio Grande do Sul. O resultado será divulgado pelo IBGE na terça (3) e deve mostrar um avanço relativamente disseminado da atividade no trimestre, com destaque para os investimentos e o consumo das famílias, do lado da demanda; e para a indústria (transformação e construção civil) e setor de serviços, na ótica da oferta. O bom dinamismo da atividade neste ano tem sido influenciado pelo mercado de trabalho aquecido, estímulos fiscais e expansão do crédito. Caso se confirme, o resultado deve consolidar o cenário de crescimento do PIB próximo a 2,5% em 2024, novamente bem acima das projeções de início do ano (que eram de 1,5%).

Também serão conhecidos dados da indústria e do setor automotivo, que mostrarão se a economia segue aquecida neste 3T24. Na quarta (4), o IBGE divulga o resultado da produção industrial de julho, com expectativa de queda de 0,9% no mês. O movimento reflete uma acomodação do setor após a forte alta em junho (+4,1%), impulsionado pela retomada das atividades interrompidas pelas enchentes de maio no Rio Grande do Sul. Os números do setor automotivo (produção e emplacamentos) referentes ao mês de agosto também serão conhecidos na semana, e devem mostrar que o setor segue em expansão, beneficiado pelo forte crescimento do crédito para aquisição de veículos.

Em relação ao quadro fiscal, o governo dará entrevista hoje sobre o Projeto de Lei Orçamentária de 2025, enviado neste fim de semana ao Congresso. Os analistas irão observar se as estimativas de receitas e despesas são realistas e o quanto factível será o cumprimento da meta fiscal no próximo ano. Além disso, o governo enviou um PL na última sexta que eleva a alíquota da CSLL de todos os setores e do IR sobre o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) como forma de compensar a desoneração da folha de pagamentos, caso as medidas propostas pelo Congresso (repatriação de ativos do exterior, atualização de ativos no IR, ente outros) não sejam suficientes. A expectativa é que a medida possa arrecadar até R\$ 20,9 bi em 2025.

A semana também traz os dados da balança comercial e do IGP-DI. A Secex divulga na quinta (5) o resultado da balança comercial de agosto, que deve mostrar superávit de US\$ 6,1 bi no mês, abaixo do registrado em ago/23 (US\$ 9,6 bi), em função do crescimento das importações, que tem reduzido o saldo comercial neste ano. Na sexta (6), a FGV publica o resultado do IGP-DI de agosto, que deve mostrar alta de 0,11%, bem menor do que em julho (+0,83%), diante da acomodação recente do câmbio. Ainda assim, o índice deve registrar ligeira aceleração no acumulado em 12 meses, para 4,21% (ante 4,16%).

Na agenda internacional, destaque para os números do mercado de trabalho norte-americano (*payroll*), em um cenário de desaceleração da geração de vagas e modesto aumento do desemprego. O resultado será conhecido na sexta (6) e a expectativa do consenso é de uma geração de 165 mil vagas no mês, melhor que o dado de junho (+114 mil), quando houve forte surpresa negativa. Assim, os analistas esperam que o desemprego mostre leve recuo, de 4,3% para 4,2%, revertendo parte da elevação da taxa nos últimos 4 meses, quando saiu de 3,8% em março. Uma surpresa negativa pode aumentar os temores quanto ao ritmo de deterioração do mercado de trabalho nos EUA e levar o Fed a ser mais agressivo, iniciando o ciclo de flexibilização monetária com cortes de 0,5 pp. De toda forma, este ainda não é o cenário-base, conforme pode ser visto na última semana com alguns dados de atividade, que mostraram que o consumo segue em alta no país.

Também serão conhecidos diversos indicadores de atividade das principais economias mundiais. Ao longo da semana serão divulgados os índices PMIs dos EUA, Zona do Euro e China, com atenção especial para o dado da economia asiática, em função das dificuldades que o país tem enfrentado para impulsionar a demanda interna. Além disso, na quarta (4) será divulgado o relatório Livro Bege nos EUA; enquanto na Zona do Euro, será conhecido o resultado das vendas do varejo, na quinta (5).

A próxima página traz a agenda completa de indicadores, com as datas de divulgação e projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
03/set	IBGE: PIB	2º tri/24	0,9% t/t 2,7% a/a	0,8% t/t 2,5% a/a
03/set	Fenabreve: Emplacamento de Veículos	Ago/24	-	7,0% a/a
04/set	IBGE: Produção Industrial (PIM)	Jul/24	-0,9% m/m 6,9% a/a	4,1% m/m 3,2% a/a
05/set	Secex: Balança Comercial	Ago/24	US\$ 6,1 bi	US\$ 7,6 bi
05/set	Anfavea: Produção de Veículos	Ago/24	-	34,8% a/a
06/set	FGV: IGP-DI	Ago/24	0,11% m/m 4,21% a/a	0,83% m/m 4,16% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
01/set	China	PMI Caixin Manufatura	Ago/24	50,0 pts	49,8 pts
02/set	Zona do Euro	PMI Manufatura	Ago/24 – final	45,6 pts	45,8 pts
03/set	EUA	ISM / PMI Manufatura	Ago/24 – final	47,5 pts / 48,0 pts	46,8 pts / 49,6 pts
03/set	China	PMI Caixin Serviços	Ago/24	52,1 pts	52,4 pts
04/set	Zona do Euro	PMI Serviços	Ago/24	53,3 pts	51,9 pts
04/set	EUA	Livro Bege	Ago/24	-	-
05/set	Zona do Euro	Vendas no varejo	Jul/24	0,2% m/m	-0,3% m/m
05/set	EUA	ISM / PMI Serviços	Ago/24 – final	51,1 pts / 55,2 pts	51,4 pts / 55,0 pts
06/set	Zona do Euro	PIB	2T24 – 3ª estimativa	0,3% t/t	0,3% t/t
06/set	EUA	Dados do Mercado de Trabalho Geração de Vagas /Taxa de Desemprego	Ago/24	165 mil / 4,2%	114 mil / 4,3%

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Inflação traz algum alívio, enquanto mercado de trabalho segue forte

A prévia da inflação (IPCA-15) subiu 0,19% em agosto, um pouco acima do esperado (+0,17%), mas desacelerando em relação ao mês anterior (+0,30%) e no acumulado em 12 meses (de 4,45% para 4,35%). Apesar da leitura relativamente positiva, o indicador não reduz o desconforto com a trajetória esperada da inflação.

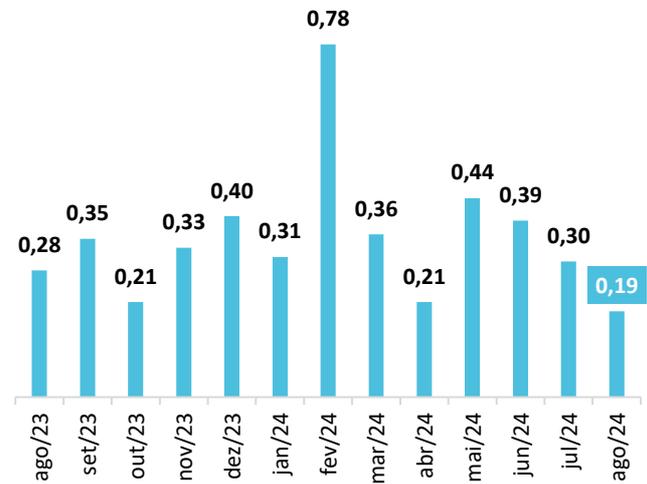
A desaceleração do índice ante o mês anterior refletiu, em especial, a deflação dos alimentos no domicílio (-1,30%), a segunda seguida, com queda nos preços dos itens *in natura*, cereais e carnes, com a melhora das condições de oferta. O recuo das tarifas das contas de energia elétrica (-0,42%), em função do retorno da bandeira tarifária verde (ante a bandeira amarela vigente em julho) e o menor preço das passagens aéreas (-4,63%) também contribuíram com o resultado.

Na outra ponta, o índice foi pressionado pela alta dos combustíveis, notadamente da gasolina (+3,33%), que, sozinha, exerceu impacto de 0,17 pp sobre o indicador, ainda capturando o reajuste autorizado pela Petrobras. O grupo educação também mostrou alta relevante (+0,75%), em função dos reajustes relacionados ao início do 2º semestre letivo.

Do ponto de vista qualitativo, a leitura trouxe algumas boas notícias. Os preços dos itens industriais, que haviam surpreendido para cima no mês anterior, voltaram a perder fôlego (de 1,55% para 1,09% no acumulado em 12 meses), indicando ainda um baixo repasse cambial. A média dos núcleos acompanhados pelo BCB ficou praticamente estável, em 3,91%, enquanto a inflação de serviços intensivos em mão de obra mostrou modesta acomodação (de 5,96% para 5,84%), mas ainda em nível bastante elevado. Por outro lado, os serviços subjacentes voltaram a acelerar (de 4,95% para 5,27%).

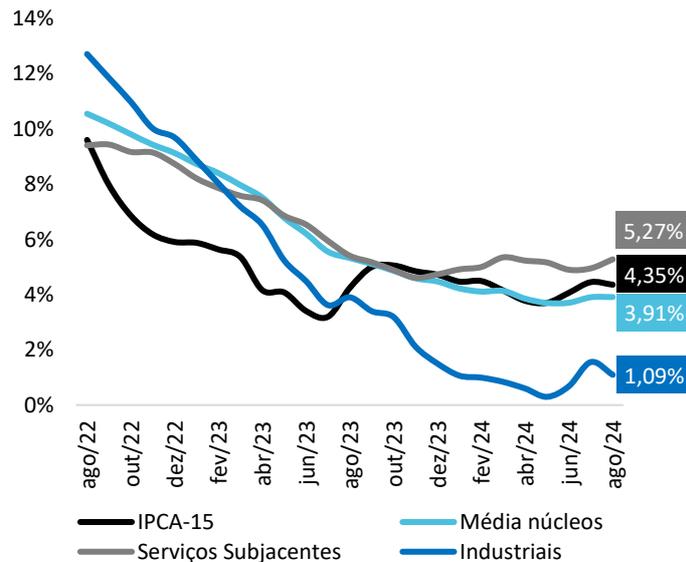
Portanto, em termos gerais, a leitura do IPCA-15 teve um viés positivo, com acomodação do índice cheio e de algumas medidas de núcleo. Contudo, a inflação segue rodando acima da meta e o cenário econômico caracterizado por atividade/mercado de trabalho forte, expectativas desancoradas e câmbio em nível mais depreciado, não traz alívio quanto à trajetória futura da inflação. Desta forma, o resultado não tira a possibilidade de uma alta da taxa Selic neste fim de ano, embora possa ter dado ao BCB um tempo adicional para avaliar se, de fato, será necessária uma elevação da taxa básica em sua próxima reunião.

Quadro 1: IPCA-15 – Var. % mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA-15 e Aberturas – Acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE.

O mercado de trabalho, por sua vez, segue aquecido, com continuidade do avanço da geração de vagas e dos rendimentos.

A taxa de desemprego, calculada pela PNAD, seguiu recuando e atingiu 6,8% (ante 6,9% em junho), menor patamar da série histórica para um trimestre encerrado em julho. Feitos os ajustes sazonais, a taxa recuou de 7,0% para 6,9%, menor nível desde julho de 2014 e muito próximo da mínima da série (6,7%, em fev/14).

A população ocupada atingiu 102,0 milhões, com alta de 1,2% ante o trimestre anterior e de 2,7% em 12 meses. O avanço seguiu impulsionado pela expansão dos segmentos privados formal e informal, com altas anuais de 4,2% e 5,2%, respectivamente.

Com isso, o emprego privado no setor formal (CLT) tem ganhado participação, chegando a 37,8% do total (ante 35,9% em ago/21), mas ainda bem abaixo do pico da série (41,0% em jun/14). Assim, um ponto interessante a ser notado é que a composição do emprego atual é um pouco diferente em relação a 2014 (quando o desemprego também estava no atual nível), e apresenta maior relevância do emprego informal (13,6% ante 11,4% em jun/14) e de trabalhadores por conta-própria (24,9% ante 22,4%). Portanto, ainda que o espaço para a continuidade de um crescimento mais robusto de vagas de emprego seja limitado (dado o baixo desemprego), a manutenção do mercado de trabalho aquecido pode favorecer a migração da mão-de-obra de postos menos produtivos para empregos melhores.

Neste sentido, os rendimentos também seguiram avançando, com alta real de 0,7% no trimestre. Em 12 meses, o aumento ficou em 4,8%. Tal avanço, somado ao crescimento da população ocupada, tem impulsionado significativamente a massa salarial, que cresceu 7,9% em termos reais ante jul/23.

No setor formal, os números do Caged também vão na mesma direção. Foram criados 188 mil postos de trabalhos formais em julho, novamente acima do esperado pelo mercado (175 mil) e do observado em jul/23 (142,1 mil). Todos os grandes setores mostraram geração líquida de vagas, com destaque para a indústria (+49,5 mil), cujo estoque de trabalhadores avançou 0,6% no mês. O resultado também contou com a retomada de contratações no Rio Grande do Sul (+6,7 mil), após dois meses de demissões. Com o resultado, o Caged registra geração líquida de 1,49 milhão de vagas de emprego desde o início do ano, bem acima do observado no mesmo período do ano anterior (1,17 mi).

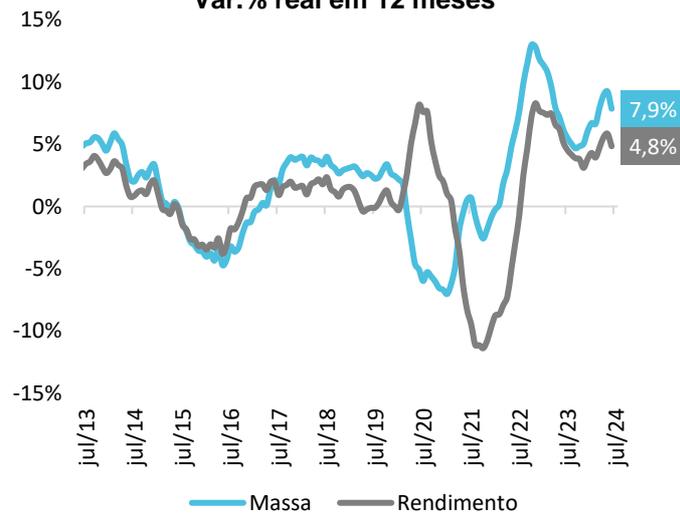
Portanto, o mercado de trabalho segue robusto e continuará impulsionado o consumo das famílias neste 2º semestre. Porém, reforça a cautela quanto à dinâmica inflacionária.

Quadro 3: Taxa de Desemprego – série com ajuste sazonal*



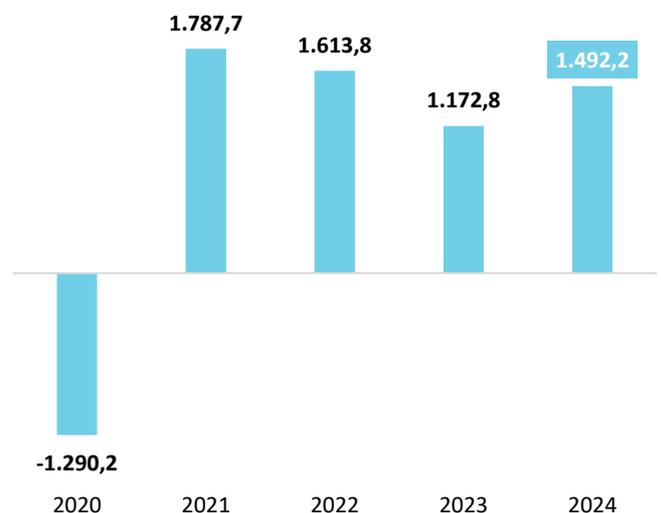
Fonte: PNAD (IBGE). *Ajuste Febraban

Quadro 4: Rendimento e Massa Salarial Var.% real em 12 meses



Fonte: PNAD (IBGE)

Quadro 5: Geração de Vagas Formais – Acumulado no período (jan-jul) – em milhares



Fonte: Caged

Em relação às contas públicas, o Banco Central informou que o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 21,3 bi em julho. Embora o resultado tenha sido melhor do que o registrado em jul/23 (R\$ -35,8 bi), foi bem pior do que o esperado, que era um déficit de apenas R\$ 4,5 bi.

No mês, todos os entes registraram déficits. Porém, por um lado, o governo central mostrou melhora em seu resultado, passando de um déficit de R\$ 32,5 bi para R\$ 8,6 bi. Ainda que o Tesouro não tenha divulgado o resultado oficial (paralisação dos servidores), este decorre em boa parte do descasamento do cronograma do pagamentos do 13º salários dos pensionistas do INSS. De outro lado, os governos regionais (de R\$ 4,2 para R\$ 11,0 bi) e as empresas estatais (de superávit de R\$ 0,9 bi para déficit de R\$ 1,7 bi) mostraram piora no período. Uma possível explicação para a piora do déficit dos Estados e municípios é a proximidade das eleições municipais.

Em 12 meses, o setor público registrou déficit primário de R\$ 257,7 bi (2,3% do PIB), todo concentrado no governo central (R\$ 269,0 bi ou 2,4% do PIB). Já o déficit nominal, que também considera o pagamento de juros, chegou a R\$ 1,13 trilhão, voltando a atingir dois dígitos em porcentagem do PIB (10,0%), algo não visto desde abril de 2021 (10,3% do PIB) quando o país ainda sentia os principais efeitos da pandemia da Covid-19.

Com isso, a dívida bruta do governo geral voltou a subir (+0,6 pp) no mês, atingindo 78,5% do PIB, maior nível desde outubro de 2021 (79,5%) e já acumula alta de 4,1 pp desde o início do ano. A dívida líquida, por sua vez, caiu 0,3 pp para 61,9% do PIB, beneficiada pela depreciação cambial (aumento em reais do valor das reservas cambiais) e privatização da Sabesp.

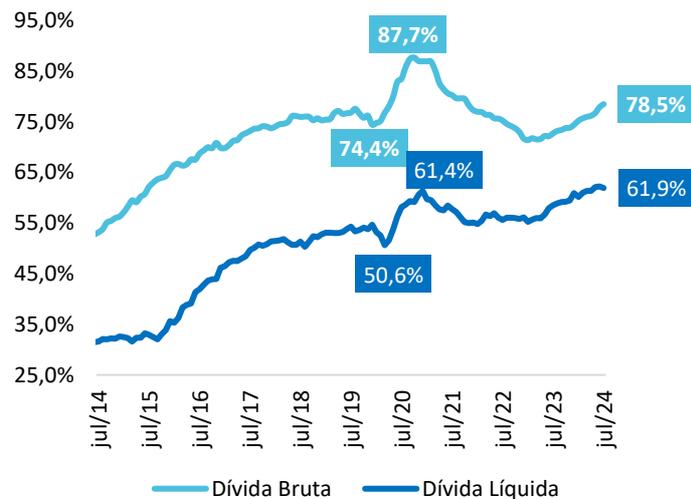
Apesar da expectativa de alguma melhora ao longo do 2º semestre, a divulgação mostra que mesmo com o expressivo aumento da arrecadação de impostos, os resultados fiscais seguem bastante fracos, com alta contínua e significativa da dívida pública.

Quadro 6: Déficit Nominal do Setor Público Consolidado – Acum. 12 meses (% do PIB)



Fonte: BCB

Quadro 7: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)



Fonte: BCB

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Dados de atividade voltam a mostrar boa performance da economia dos EUA

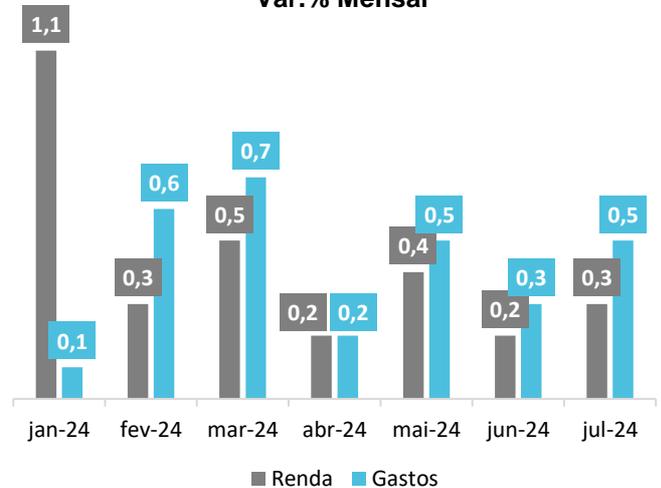
Em meio à preocupação com uma desaceleração mais intensa da atividade econômica (e principalmente do mercado de trabalho) nos EUA, os números conhecidos na última semana (PIB do 2T24 e gastos das famílias) trouxeram novamente um quadro positivo, afastando, ao menos por ora, os temores de uma recessão. Como consequência, os mercados voltaram a elevar suas apostas em um ciclo gradual de cortes de juros pelo Fed, de 0,25 pp nas três últimas reuniões do ano (ante possibilidade de cortes de 0,50 pp). De toda forma, o resultado do *payroll* que será conhecido nesta sexta será crucial para o Fed calibrar a trajetória dos juros em suas próximas reuniões.

A segunda estimativa do PIB dos EUA do 2T24 mostrou um crescimento anualizado de 3,0% no período, acima da prévia (+2,8%). A revisão positiva se deu especialmente sobre o consumo das famílias, cuja estimativa de crescimento anualizado no trimestre passou de 2,3% para 2,9%. Na mesma direção, os gastos pessoais subiram 0,5% em julho, em linha com as estimativas e acelerando ante o resultado de junho (+0,3%). A renda pessoal também mostrou alta maior do que mês anterior (+0,3% ante 0,2%). Ainda, os indicadores de confiança dos consumidores voltaram a subir em agosto, indicando que o consumo deve seguir em alta no 3T24.

Em relação à inflação, o deflator de gastos pessoais (índice PCE, conhecido como o indicador preferido do Fed) subiu 0,2% em julho (índice cheio e núcleo), em linha com as expectativas. Com isso, o indicador ficou estável no acumulado dos últimos 12 meses, com alta de 2,5% (índice cheio) e 2,6% (núcleo). Embora ainda esteja acima da meta de 2%, o Fed parece confortável em iniciar o ciclo de queda dos juros com a inflação em tal patamar. E, dado os números ainda positivos de atividade, o mais provável é que o início de tal processo seja gradual, até para não prejudicar esta trajetória final de convergência da inflação para a meta.

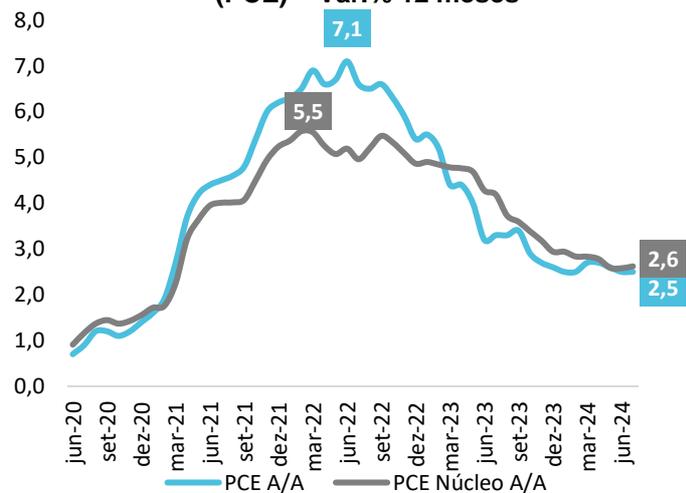
Na Zona do Euro, os dados de inflação também trouxeram boas notícias. O CPI subiu 0,2% na prévia de agosto, acumulando alta de 2,2% nos últimos 12 meses, bem abaixo do dado de julho (+2,6%). O resultado abre as portas para o BCE voltar a reduzir os juros em sua próxima reunião (12 de setembro), após pausa no encontro de julho.

Quadro 8: EUA – Renda e Gastos Pessoais Var.% Mensal



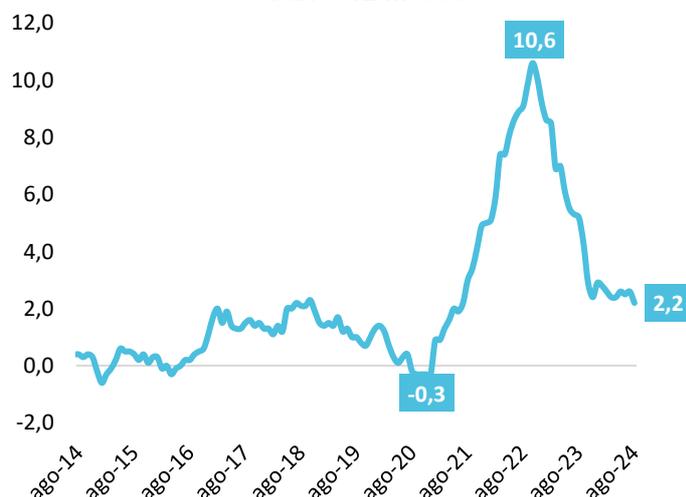
Fonte: Bloomberg.

Quadro 9: EUA – Deflator de Gastos Pessoais (PCE) – Var.% 12 meses



Fonte: Bloomberg.

Quadro 10: Zona do Euro – CPI Var.% 12 meses



Fonte: Bloomberg.

Nota de Operações de Crédito

Ritmo de expansão do crédito segue acelerando no início do 2º semestre

O saldo total da carteira de crédito cresceu 0,2% em julho, atingindo R\$ 6,045 tri (53,8% do PIB). Com o resultado, o ritmo de expansão anual da carteira seguiu ganhando tração no início do 2º semestre, passando de 10,2% em junho (revisado de 9,9%) para 10,3%. Apesar da alta modesta no mês, os números sinalizam uma dinâmica robusta do crédito, que volta a crescer em dois dígitos.

No mês, o crescimento foi liderado pelo crédito às famílias (+0,9%). A maior alta veio da carteira livre (+1,0%), com continuidade do bom dinamismo da linha de financiamentos para aquisição de veículos (+1,1%), que atingiu uma expressiva alta de 18,4% nos últimos 12 meses. Além deste, também houve expansão das linhas de crédito pessoal consignado (+0,7%) e não consignado (+0,6%), e do cartão à vista (+2,1%), favorecidas pelo avanço do emprego e da renda e pelo maior número de dias úteis no mês. A carteira direcionada apresentou alta de 0,7%, novamente puxada pelos financiamentos imobiliários (+1,1%), que têm acelerado (de 11,7% para 12,0% em 12 meses), favorecidos pela queda dos juros e por incentivos via programas públicos (MCMV).

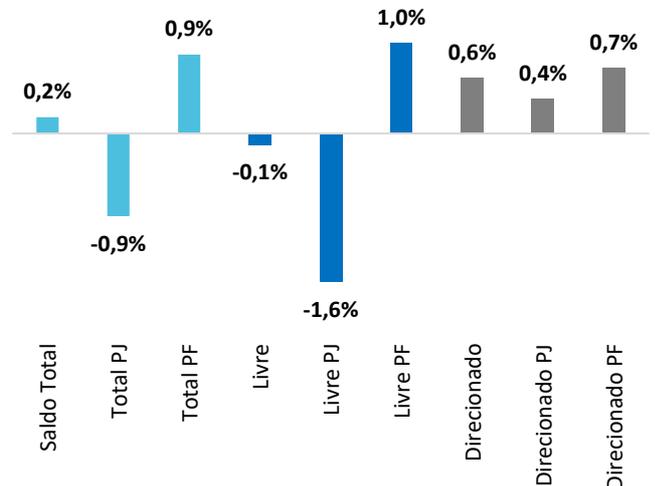
O crédito às empresas, por sua vez, caiu 0,9% em julho. O movimento decorreu da carteira livre (-1,6%), fruto da sazonalidade negativa das linhas de fluxo de caixa, com forte recuo de descontos de duplicatas e recebíveis (-16,1%). A manutenção do fraco desempenho da linha de capital de giro (-0,4%), devido à migração das grandes empresas para o mercado de capitais, também contribuiu para a retração da carteira no mês. Na outra ponta, a carteira direcionada cresceu 0,4%, mostrando ainda impacto limitado dos programas públicos destinados ao RS, que devem ganhar força nos últimos meses do ano.

Em 12 meses, o ligeiro ganho de tração da carteira total foi puxado pela carteira com recursos livres, que acelerou de 8,2% para 8,6%, com alta tanto da carteira PJ (de 5,9% para 6,1%), que tem normalizado após o estresse observado no ano passado, quanto da carteira PF (de 10,0% para 10,6%), em função dos bons números da atividade e do mercado de trabalho. Na outra direção, a carteira Direcionada desacelerou de 13,1% para 12,7%. A maior perda de tração ocorreu na carteira PJ (de 11,9% para 11,1%), refletindo alguns entraves (adiamento e problemas operacionais) no Plano Safra 2024/25, que levou o ritmo de expansão do crédito rural de 57,6% para 46,9%. A carteira PF também perdeu fôlego, mas de maneira mais modesta, de 13,7% para 13,5%, seguindo em patamar elevado.

Já o volume total de concessões recuou 0,6% em julho (com ajuste sazonal e de inflação), afetada pelas operações direcionadas destinadas às empresas (-24,6%), em função do atraso da operacionalização do Plano Safra. Por outro lado, as concessões para as famílias subiram 1,0% no mês. Ainda assim, no acumulado em 12 meses, o volume total de concessões acelerou pelo 8º mês seguido, passando de 5,8% para 6,6%, reforçando os sinais positivos vindos do crédito no ano.

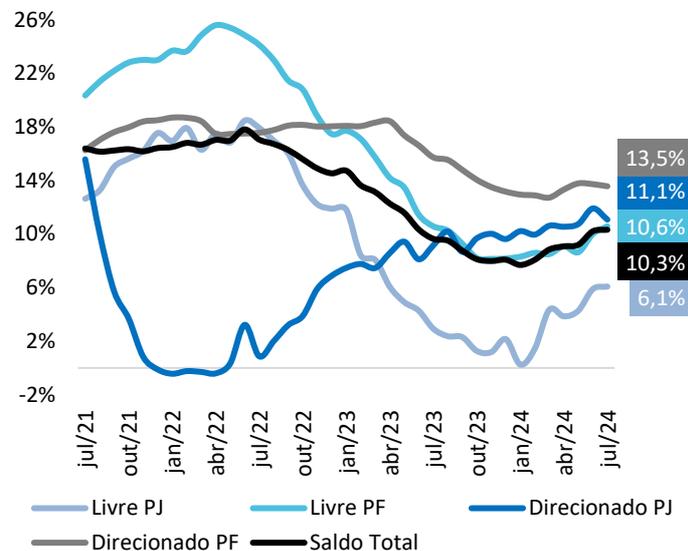
CRÉDITO / BANCOS

Quadro 11: Saldo – Var.% mensal – Jul/24



Fonte: Bacen

Quadro 12: Saldo Total e Aberturas Var.% 12 meses



Fonte: Bacen

Em relação às condições de financiamento, a taxa média de juros do SFN mostrou ligeiro aumento de 0,1 pp, para de 27,8% ao ano. Apesar do repique no mês, as taxas têm mostrado uma tendência de queda, com redução de 3,3 pp em 12 meses.

No mês, a maior alta ocorreu na carteira PJ Direcionada (de 12,4% para 13,2% aa), pressionada pelas operações com recursos do BNDES (+1,2 pp). Já na carteira PF Direcionada a alta foi bem mais moderada, de 0,1 pp (para 10,2% aa).

No caso das operações com recursos livres, a taxa média da carteira PJ também subiu (+0,3 pp, para 21,2% aa), pressionada especialmente pelo desconto de duplicatas (+0,8 pp), diante do comportamento sazonal da linha, marcada por redução das concessões e alta dos juros no primeiro mês de cada trimestre. Na outra direção, a taxa média da carteira PF recuou 0,5 pp, para 51,2% aa, refletindo o recuo em diversas linhas, como cartão parcelado (-4,4 pp), cheque especial (-3,5 pp), consignado (-0,1 pp) e veículos (-0,1 pp).

O spread médio do sistema teve comportamento similar aos juros, com alta de 0,1 pp na margem, para 18,5 pp. De toda forma, também mostra tendência de queda em 12 meses, com recuo de 3,0 pp.

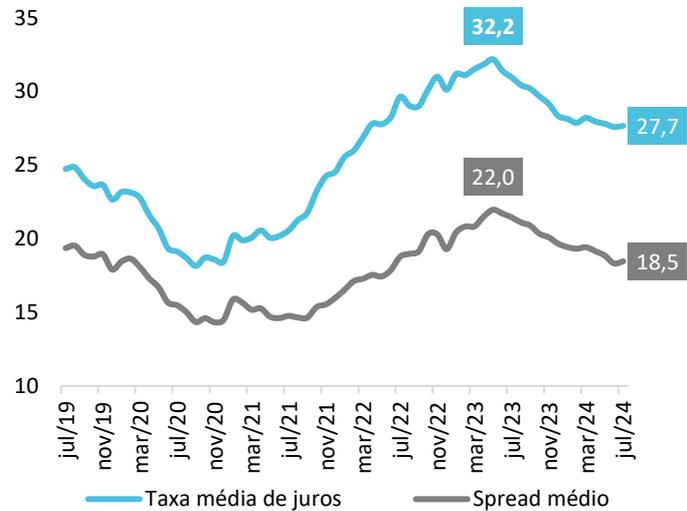
Já a inadimplência da carteira total (>90 dias) seguiu estável em 3,2%. No mês, destaque para o recuo de 0,2 pp (para 2,9%) da inadimplência da carteira PJ Livre, puxada pela linha de descontos de duplicatas (-2,0 pp), com a dissipação do efeito Americanas. Com isso, a inadimplência das grandes empresas atingiu 0,2%, retornando praticamente ao nível de jan/23. Por outro lado, a inadimplência das MPMEs segue pressionada (+0,1 pp, para 4,5%).

A inadimplência da carteira PF ficou estável em 3,7%. Porém, houve piora em linhas de alto risco: cartão rotativo (+1,4 pp, para 55,9%) e renegociação de dívidas (+0,6 pp, para 17,7%), sugerindo alguma cautela com o comportamento futuro da inadimplência para perfis de maior risco.

No geral, os dados de julho mostraram continuidade da tendência de aceleração do crescimento do crédito no início do 2º semestre. O ritmo de expansão tem se mostrado mais forte no crédito às famílias, que se beneficia do mercado de trabalho aquecido (aumento da renda), embora o crédito às empresas também mostre algum ganho de tração, mas com forte competição do mercado de capitais e menor apetite para as MPMEs (alta inadimplência). O 2º semestre deve mostrar algum arrefecimento desta tendência, com a provável alta da taxa Selic e números ainda desconfortáveis de inadimplência em alguns segmentos.

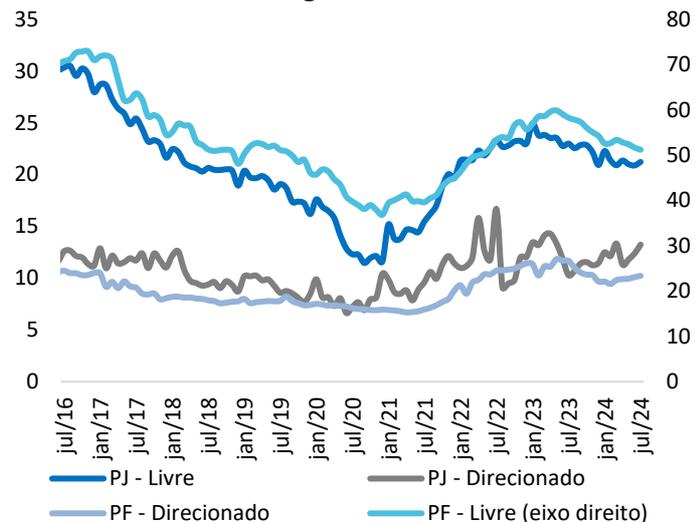
Para consultar um panorama mais detalhado das estatísticas de crédito, [clique aqui](#).

Quadro 13: Taxa de juros e Spread – Média do SFN – % aa



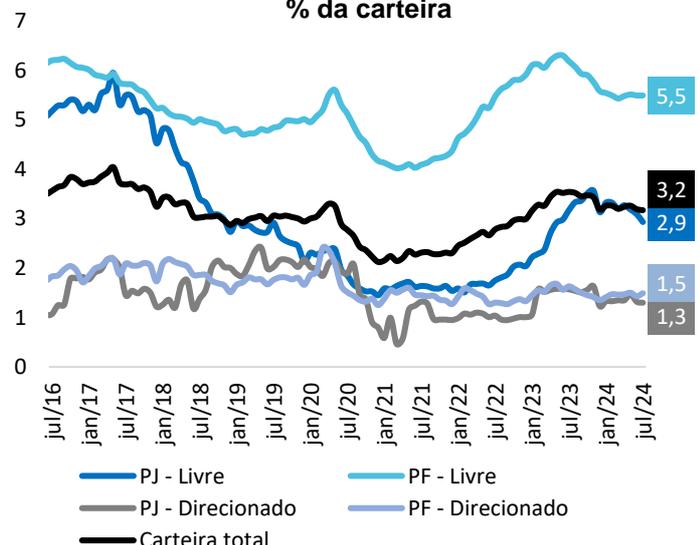
Fonte: Bacen

Quadro 14: Taxa Média de Juros Por Segmento – % aa



Fonte: Bacen

Quadro 15: Taxa de inadimplência (> 90 dias) – % da carteira



Fonte: Bacen

Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC/BCB)

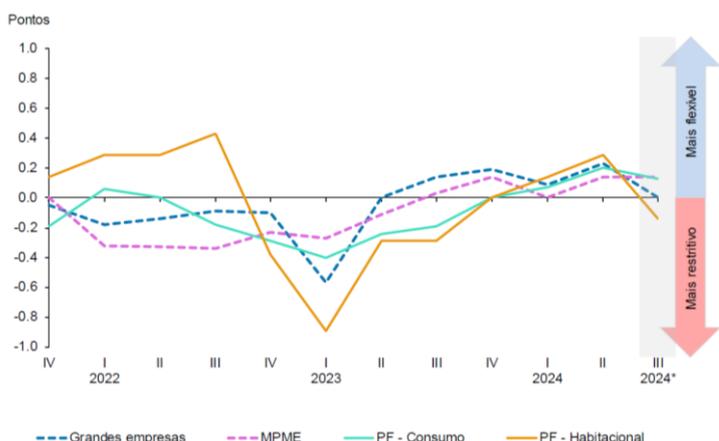
CRÉDITO / BANCOS

O Banco Central divulgou a [Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito \(PTC\)](#), que coleta as avaliações das IFs sobre as condições do crédito bancário no SFN. A Pesquisa capta a avaliação das instituições sobre as mudanças observadas nos últimos três meses e as perspectivas para os próximos três, em relação às condições de oferta e demanda por crédito para os seguintes segmentos: i) Grandes empresas; ii) Micro, pequenas e médias empresas (MPMEs); iii) Crédito pessoal para consumo; iv) Crédito habitacional (PF).

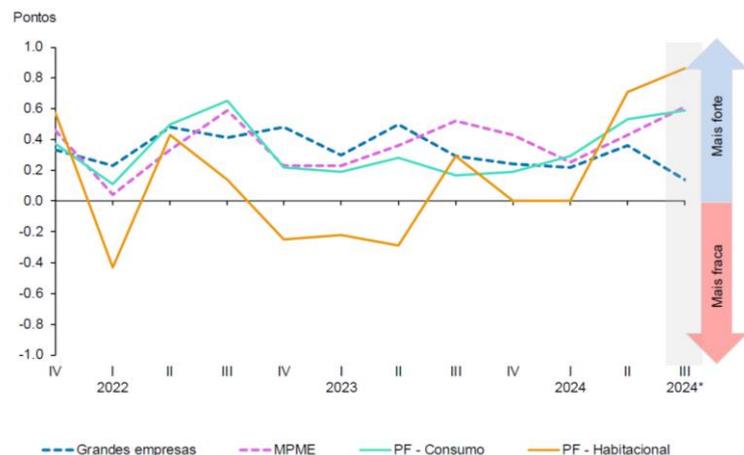
Segundo o BCB, os principais destaques captados na Pesquisa realizada no 2T24 foram:

- As condições de oferta de crédito foram mais flexíveis no 2º trimestre em todos os segmentos. No geral, as expectativas são que os padrões de aprovação de oferta do crédito sejam um pouco mais rígidos neste 3T24, embora sigam em terreno positivo nos segmentos de PF Consumo e MPMEs.
- No caso do crédito para consumo, houve melhora no 2T24 na percepção sobre o nível de comprometimento de renda e inadimplência das famílias. Para o 3T24, embora a expectativa seja de queda da inadimplência do grupo, houve alguma piora na avaliação do item comprometimento de renda e nível de emprego. Ainda, aumentou a preocupação com o custo do *funding* (isto é, possibilidade de aumento das taxas de juros) e o ambiente institucional (arcabouço regulatório).
- A inadimplência segue como a principal preocupação e fator restritivo para o segmento das MPMEs. Neste sentido, a expectativa das IFs é que a inadimplência do segmento siga em tendência de alta neste 3T24. Já a captação de novos clientes foi citada como um item positivo.
- Em relação ao crédito habitacional, a preocupação com o custo e a disponibilidade de *funding* diminuiu. Porém, aumentou a cautela com o nível de comprometimento de renda das famílias.
- No caso das grandes empresas, as condições de acesso à crédito via mercado de capitais seguem bastante favoráveis.
- A demanda por crédito tem se mantido em níveis positivos, de acordo com a percepção dos bancos. Destaque para o incremento da demanda por crédito habitacional.

Quadro 16: Indicador de Padrão de Aprovação de Crédito (Oferta)



Quadro 17: Indicador de Demanda por Linhas de Crédito



Fonte: PTC/Bacen.

* Os valores do 3T24 correspondem às expectativas dos respondentes para o trimestre. Os demais correspondem às percepções sobre a situação em cada trimestre.

Regulação – Comitê de Estabilidade Financeira do Banco Central (Comef)**CRÉDITO / BANCOS****Comef mantém o Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil em 0%**

Em sua 58ª reunião, realizada nos dias 27 e 28 de agosto, o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) do Banco Central manteve o Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCPBrasil) em 0%. Na prática, isso implica que os bancos seguem sem exigência de alocação extra de capital para as operações de crédito. Tal acréscimo normalmente é estabelecido (com defasagens temporais) pelos Bancos Centrais durante período de expansão mais forte do crédito, para que a parcela de capital acumulada nesse período seja utilizada em momentos de contração, atuando como um colchão anticíclico.

A avaliação do BCB é que a política macroprudencial se mantém em posição neutra, consistente com períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros, apesar de seguir com a recomendação que as IFs continuem com uma gestão prudente de capital, dadas as incertezas econômicas. De toda forma, o Comef apontou que os bancos tem mantido voluntariamente níveis de capital e liquidez superiores aos requerimentos prudenciais, e que a suficiência de capital e liquidez é comprovada pelos testes de estresse feitos pelo BCB, divulgados na Ata da reunião do Comef e no Relatório de Estabilidade Financeira (REF).

Em nota, o Comef considera que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) está preparado para enfrentar a materialização de risco de crédito (inadimplência), que segue ocorrendo nas operações com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Por outro lado, a materialização de risco nas linhas mais arriscadas do segmento de pessoas físicas continua caindo. Em nota, o Comef apontou que as provisões para as perdas de crédito e os níveis de liquidez e de capital dos bancos se mantêm adequados.

O Comitê também destacou que a carteira de crédito continua acelerando moderadamente desde o primeiro semestre, em linha com a performance melhor do que a esperada da atividade econômica. Ainda, afirmou que a importância do crédito obtido via mercado de capitais tem sido substancial e continua crescendo. De toda forma, o Comef alertou que diante dos riscos relacionados à atividade e ao endividamento das famílias e empresas de menor porte, é importante que os bancos preservem a qualidade das concessões.

Com relação ao cenário internacional, o Comef destacou que segue acompanhando com particular atenção as consequências da trajetória da política monetária nos países avançados, a reprecificação dos ativos globais, a dinâmica do mercado imobiliário na China e os eventos geopolíticos globais. Contudo, apontou que, se necessário, segue preparado para atuar minimizando contaminações desproporcionais sobre os preços dos ativos locais.

Diante do cenário destacado, o Comitê julgou pertinente manter o ACCPBrasil em 0% nas próximas reuniões, como resultado das atuais condições financeiras, dos preços dos ativos e das expectativas em relação ao mercado de crédito.

A ata da reunião será divulgada nesta quarta-feira (4), trazendo mais detalhes sobre o encontro. A próxima reunião do Comef está marcada para os dias 26 e 27 de novembro. [Clique aqui](#) para ler o comunicado completo.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2024				2025			
	30/08/24	23/08/24	02/08/24	Viés	30/08/24	23/08/24	02/08/24	Viés
IPCA (%)	4,26	4,25	4,12	▲	3,92	3,93	3,98	▼
PIB (% de crescimento)	2,46	2,43	2,20	▲	1,85	1,86	1,92	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	10,50	10,50	10,50	↔	10,00	10,00	9,75	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,33	5,32	5,30	▲	5,30	5,30	5,30	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	30/08/24	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,61	2,20%	-0,77%	15,43%	13,15%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	150,19	4,84%	-5,10%	13,39%	-10,57%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	10,53	0,62%	1,09%	-9,58%	-18,85%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	11,75	2,86%	3,16%	17,06%	7,43%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	12,10	4,52%	0,86%	20,11%	12,30%
Índice Ibovespa (em pontos)	136.004,01	0,29%	6,54%	1,36%	17,51%
IFNC (setor financeiro)	14.203,47	-0,16%	13,28%	2,90%	22,71%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,50	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,92	0,03%	-8,01%	-7,84%	-19,46%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	3,90	2,75%	-3,13%	0,63%	-4,98%
Dollar Index	101,70	0,97%	-2,30%	0,36%	-1,85%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.648,40	0,24%	2,28%	18,42%	25,31%
Índice de ações de bancos – EUA	115,82	0,05%	-0,97%	5,75%	24,23%
Índice Euro Stoxx 50	4.957,98	0,99%	1,75%	9,65%	15,38%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	143,31	2,00%	-0,97%	21,09%	28,44%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	78,80	-0,28%	-2,38%	2,28%	-9,28%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira